

# Governo recusa aumentar remunerações dos avaliadores de casas

Esta semana começam a ser escolhidos 900 novos peritos para reforçar avaliações do IMI.

Paula Cravina de Sousa  
paula.cravina@economico.pt

Apesar da contestação dos peritos avaliadores de imóveis, o Governo não está a ponderar uma revisão das remunerações destes profissionais. Em causa está a revisão em baixa dos pagamentos, que agora variam entre 0,91 e 5,50 euros. As peritagens estão a ser feitas no âmbito do processo de avaliação geral de imóveis que tem por objectivo avaliar os mais de cinco milhões de casas que ainda não o foram desde 2004, altura em que entrou em vigor o IMI (substituindo a contribuição autárquica).

As remunerações dos avaliadores foram revistas e publicadas a 23 de Fevereiro, gerando de imediato a contestação dos profissionais. Há duas semanas, a Ordem dos Engenheiros enviou mesmo uma carta para as Finanças a pedir a revisão das remunerações. No entanto, questionado pelo Diário Económico, o Ministério das Finanças garante que não está em cima da mesa qualquer alteração aos pagamentos, "tendo em conta que a situação actual do País, quer as características específicas do processo de avaliação geral".

A secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, liderada por Paulo Núnico, explica que o processo de avaliação, "assenta, por um lado, na adopção de um sistema de elevada economia de recursos, eficiência de consecução e eficácia de resultados e, por outro, na simplicidade de termos e celeridade". Isto justifica que "o valor da re-

muneração do serviço do perito de avaliação geral seja inferior ao que se encontra fixado para as avaliações normais, as quais exigem um maior número de deslocações aos locais dos imóveis a avaliar".

Como forma de protesto há já peritos que estão a boicotar as avaliações, como noticiou o Jornal de Negócios na semana passada, o que pode colocar em causa a meta prevista, de avaliação de cinco milhões de casas até ao final do ano. A Ordem dos Engenheiros disse ao Diário Económico que as cerca de 9.600 avaliações feitas por dia passaram a cerca de 5.100 desde 23 de Fevereiro, altura em que foram conhecidas as novas remunerações. Um valor incipiente para cumprir o objectivo previsto. Aliás, mesmo as cerca de dez mil avaliações seria insuficiente. No entanto, o Governo recusa que a meta esteja em causa, frisando que deverão entrar em breve mais 900 peritos em funções. E deixam ainda em aberto a possibilidade de reforçar este contingente: "Este número poderá ainda ser substancialmente aumentado se tal se mostrar necessário (...) para garantir o cumprimento dos objectivos previamente fixados". Os novos peritos começam a ser seleccionados e nomeados já esta semana e "depois de um breve período de formação, iniciarão de imediato as respectivas funções".

As Ordens dos Engenheiros (OE) e dos Arquitectos contestam o baixo valor das remunerações, revisto em baixa para um terço. Para o bastonário da OE, Carlos Matias Ramos, "quando se paga mal, não se reconhece e não se dignifica o acto" e "o proprietário perante um sentimento de que pode haver alguma ligeireza, pode vir a contestar as avaliações". O bastonário da Ordem dos Arquitectos, João Belo Rodeia, diz ser "estranho que se deprecie o trabalho dos profissionais". ■

Os peritos avaliadores de casas vão reunir hoje na Ordem dos Engenheiros para discutir o problema das remunerações.



João Paulo Dias

## Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais perde mais um colaborador

São já três os assessores que deixam o gabinete de Paulo Núnico desde o final do ano passado.

Paula Cravina de Sousa  
paula.cravina@economico.pt

O gabinete do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núnico, vai perder mais um colaborador, o terceiro desde o final do ano passado. Jesuíno Martins, que veio da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e que manteve a remuneração de origem durante o período em que foi colaborador de Núnico, vai voltar à AT, confirmou o Ministério das Finanças ao Diário Económico. O responsável não será substituído, garantiram ainda as Finanças, sem no-

entanto, adiantar os motivos que levaram à sua saída. Este é o terceiro membro do gabinete que abandona funções. No final do ano passado, o chefe de gabinete, Rodrigo Guimarães, e o adjunto, José Almeida Fernandes, deixaram os cargos. Na altura José Almeida Fernandes afirmou ao Diário Económico que a saída foi de "comum

acordo" motivada pela vontade "de regressar à vida profissional".

Rodrigo Guimarães foi substituído por Manuel Nobre Gonçalves, de 25 anos, e que, segundo o portal do Governo ganha mais de 3.890 euros brutos. No lugar de Almeida Fernandes ficou João Pedro Santos, assessor-economista do Centro de Estudos Fiscais e que foi responsável pelo conhecido despacho dos dividendos distribuídos pelas SGPS. Estes responsáveis passaram a exercer funções a 31 de Dezembro. Na mesma altura, o Ministério das Finanças sofreu outra baixa: a directora-geral do Orçamento, Maria Eugénia Pires, foi também substituída na Direcção-geral do Orçamento por Manuela Proença. ■

### AVALIAÇÕES DIÁRIAS

#### 5.100

O número de avaliações caiu para quase metade desde 23 de Fevereiro, de acordo com a Ordem dos Engenheiros. De cerca de 9.600 caíram para 5.100 diárias.



O secretário de estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núnico, não vai substituir Jesuíno Martins, que volta à Autoridade Tributária e Aduaneira.